



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IVOTI**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Proposição da Emenda nº 25/2025 ao Projeto de Lei nº 65/2025**

***“Altera a redação do Art. 5º do Projeto de Lei nº 65/2025, que "altera, incluem e revoga dispositivos na lei municipal 3.539/2023, que reestrutura o programa de apoio agrícola e dá incentivos a sua diversificação, e dá outras providências, para estabelecer critérios de limitação do serviço de fornecimento de água e tamanho das cargas. ”***

Nos termos do **art. 153**, do **Regimento Interno**, apresenta-se emenda modificativa ao PL nº 67/2025, nos termos que seguem:

**Art. 1º** O Art. 5º do Projeto de Lei nº 65/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Ficam incluídos os incisos II e III no Artigo 7º da Lei Municipal nº 3.539/2023, de 28 de fevereiro de 2023, com as seguintes redações:

"Art. 7º (...)

(...)

II - Fornecimento anual de transporte de até três cargas *de caminhão Truck próprio do município*, de saibro ou calcário ou composto orgânico ou esterco;

III - Fornecimento de transporte de água com caminhão pipa *ou outros meios será realizado em quantidade estritamente necessária para suprir as necessidades básicas da população afetada e em conformidade com a capacidade operacional e orçamentária do Município*, e será mantido enquanto perdurar a situação de emergência ou calamidade pública que justificou a sua implementação, ou até que os serviços regulares de abastecimento de água sejam restabelecidos em condições de normalidade; (...)" (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Ivoti, 27 de outubro de 2025.

Autor Arlei Paulo Mallmann



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IVOTI

### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 65/2025 objetivas melhorar a redação do Art. 5º, estabelecendo limites claros para a provisão de água potável em situações de emergência ou calamidade pública. É fundamental que a legislação que regula a atuação do Poder Público na oferta de serviços essenciais, especialmente em contextos de excepcionalidade, preveja critérios objetivos para sua execução.

A inclusão de limitação garante a observância dos princípios da eficiência, economicidade e proporcionalidade na gestão pública. Dessa forma, a emenda previne que o fornecimento do serviço se torne uma obrigação indeterminada, sem controle de volume ou custo, o que poderia comprometer a sustentabilidade financeira do Município e a eficácia das demais ações emergenciais. Ao vincular o quantitativo à necessidade e à capacidade, assegura-se que os recursos sejam utilizados de forma racional e direcionados ao atendimento do objetivo primordial da lei: a proteção e o bem-estar da população em momentos críticos.

A aprovação da emenda proposta reforça o compromisso com uma governança responsável, que garante a assistência emergencial de forma adequada, ao mesmo tempo em que protege o erário público e otimiza a aplicação dos recursos em momentos de adversidade. É um passo essencial para uma legislação mais robusta e realista, que equilibra a sensibilidade social com a prudência administrativa. Por isso contamos com a aprovação dos nobres colegas vereadores.